

14º CONCURSO
2006

PROVA ESCRITA GERAL

Todas as questões devem ser fundamentadas mencionando-se, sempre que for o caso, a legislação pertinente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão Única (100 pontos)

Quatro municípios – A, B, C e D – que formam uma **aglomeração urbana** constitucionalmente instituída, celebram um **consórcio** para que juntos desenvolvam um projeto comum para o **tratamento industrial** de resíduos sólidos coletados em suas respectivas redes, evitando a perpetuação dos aterros sanitários.

Em razão do acordo, cria-se uma empresa pública intermunicipal – ABCD – Química – para promover o tratamento e a **industrialização** do lixo urbano, seja operando por seus meios próprios, seja por meio de contratação de empresa privada.

Feita a opção pela **atração de iniciativa privada**, sob **contrato** para a **realização de empreendimento**, em razão dos altos investimentos necessários, que ultrapassam as possibilidades financeiras dos entes consorciados, seleciona-se por licitação a LIXOQUÍMICA S/A, lavrando-se **contrato administrativo**, contendo as seguintes cláusulas:

- A) A contratante disponibilizará a **área** para recepção do lixo;
- B) Os **investimentos** correrão por conta e risco da contratada;
- C) A contratante receberá 20% (vinte por cento) da receita líquida auferida com a exploração do empreendimento.

Iniciadas as obras, a contratação foi impugnada em ação civil pública pelos seguintes motivos:

- 1) Na constituição da contratante – ABCD Química – não foi observada a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005;

- 2) O contrato firmado não está tipificado em Lei Federal, o que seria imprescindível, uma vez que à Administração Pública não cabe adotar soluções que não estejam expressamente previstas em lei, em razão do princípio da legalidade;
- 3) Não foi prevista cláusula de **reversão** dos equipamentos;
- 4) O **percentual de participação** não poderia ser lícitado, pois deveria ser proporcional aos investimentos realizados pela empresa pública (valor do terreno) e pela empresa contratada (valor das construções e equipamentos).

Aprecie a **juridicidade** de **cada uma** das quatro impugnações apresentadas na ação civil pública. – Valor: até 25 pontos para cada impugnação respondida, com identificação do tópico a que se refere.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão (50 pontos)

Os requisitos de concessão da tutela cautelar (*fumus boni iuris e periculum in mora*) incluem-se entre as chamadas “condições da ação” ou devem ser considerados como elementos integrantes do mérito da causa?

2ª Questão (50 pontos)

Como se caracteriza o prequestionamento para efeito de admissibilidade do recurso especial?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (60 pontos)

A Resolução nº 7, de 14.11.2005, do Conselho Nacional de Justiça, invocando os princípios da moralidade e da impessoalidade, impõe restrições à nomeação de parentes de magistrados para cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do

Poder Judiciário, determinando, como consequência, a exoneração de servidores que estejam em situação vedada pelo referido ato normativo.

Comente a constitucionalidade ou não da Resolução, no particular, à vista de conceitos como princípio da legalidade, restrição de direitos, aplicação direta e imediata da Constituição e normatividade dos princípios.

2ª Questão (40 pontos)

O que significa a eficácia privada dos direitos fundamentais (também referida como eficácia horizontal ou entre particulares)?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (30 pontos)

O direito brasileiro admite o aproveitamento de uma compra e venda nula por defeito de forma?

2ª Questão (40 pontos)

Diferencie responsabilidade civil pré-contratual de responsabilidade civil decorrente do contrato preliminar.

3ª Questão (30 pontos)

A sociedade cooperativa pode beneficiar-se da recuperação judicial?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (50 pontos)

Dissertação

Discorra sobre o princípio da reserva da lei em matéria tributária.

2ª Questão (50 pontos)

O Supremo Tribunal Federal, depois de indeferir a medida liminar em ADI, declarou, em julgamento de mérito, inconstitucional lei que concedia redução de 100% da base de cálculo do ICMS.

Orientados pelos respectivos departamentos jurídicos, os contribuintes A, B e C adotam em relação aos fatos pretéritos as seguintes orientações:

- “A” recolhe o imposto, com atualização monetária e encargos moratórios;
- “B” recolhe o imposto, sem atualização monetária e sem encargos moratórios;
- “C” nada paga.

Na opinião do candidato, qual dos contribuintes adotou a melhor orientação.

DIREITO DO TRABALHO, PROCESSUAL DO TRABALHO E REGIME JURÍDICO FUNCIONAL E PREVIDENCIÁRIO DOS AGENTES PÚBLICOS

1ª Questão (30 pontos)

Dissertação:

“Os princípios informadores do novo Sistema Previdenciário do Servidor Público”.

2ª Questão (30 pontos)

Qual a natureza da contratação disciplinada no artigo 37, IX, da Constituição Federal, e qual a competência para o julgamento dos conflitos decorrentes dessa relação jurídica?

3ª Questão (40 pontos)

“A”, titular do cargo efetivo, “B”, contratado sob a égide do artigo 37, IX, da Constituição Federal, “C” em estágio probatório de cargo público e “D”, empregado público, praticam, em conluio, ato de improbidade administrativa de natureza grave.

Chamado a emitir parecer sobre as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no âmbito das relações de trabalho, como opinaria na condição de Procurador do Estado?

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (20 pontos)

Na proposta orçamentária para o exercício subsequente não foi incluída previsão de dotação orçamentária para pagamento de precatórios judiciais. Em face da circunstância, a Procuradoria Geral do Estado é questionada como segue:

- a) A omissão é passível de ser suprida? Mediante que providência especificamente?
- b) Suprida a omissão pela forma adequada, a quem deverão ser consignadas as dotações correspondentes?
- c) No sistema constitucional vigente, seria admissível, em tese, não serem incluídas na programação financeira de desembolso do Estado as verbas correspondentes aos duodécimos indispensáveis ao respectivo pagamento? Por quê?
- d) Satisfeita a obrigatoriedade da inclusão da dotação orçamentária para pagamento dos precatórios judiciais, mas não dispondo o Estado de recursos para cumprir a programação financeira, este é compelido a fazer uma operação de crédito por antecipação de receita para efetuar os pagamentos devidos e pretende realizá-la com instituição financeira: que procedimentos devem ser adotados para formalizá-la legalmente?

2ª Questão (20 pontos)

Com fundamento no art. 177, IV, da Constituição da República, uma empresa privada, sob contratação da União, realiza o transporte de gás natural, por meio de conduto, até a usina de resfriamento, liquefação e engarrafamento, com vistas a posterior comercialização.

A empresa concessionária estadual dos serviços de gás canalizado alega violação ao art. 25, § 2º, da Constituição da República e da exclusividade do serviço prevista no contrato de concessão.

Na qualidade de Procurador do Estado, formule as razões jurídicas em defesa da competência estadual.

3ª Questão (20 pontos)

Na qualidade de Procurador do Estado, quais seriam seus argumentos de defesa em face de um pleito, formulado judicialmente por um cidadão, pretendendo a responsabilização civil do Estado em virtude de omissão legislativa já reconhecida em Ação Direta de Inconstitucionalidade.

4ª Questão (20 pontos)

O Estado do Rio de Janeiro, mediante licitação internacional, celebra contrato com a empresa vencedora para a execução de obra pública.

A proposta do licitante foi:

- (i) apresentada em março de 2005 e o contrato assinado em junho de 2005.
- (ii) apresentada em dólar, na medida em que o edital autorizava ser proposta em moeda nacional, dólar norte-americano ou moeda do país de origem do licitante.

Sucedo que, por motivos de ordem técnica, o prazo do contrato se encerrou sem que a obra tivesse sido plenamente executada.

Postula, então, o seguinte:

- a) a possibilidade de a obra continuar sendo executada, mesmo após o prazo ter se esgotado;
- b) o pagamento ser efetuado à taxa de câmbio vigente na data da apresentação da proposta;
- c) a aplicação do reajuste contratual a partir de março de 2006;
- d) a alteração do objeto, em razão de mudança técnica necessária no projeto básico, que gera acréscimo da ordem de 60% do valor do contrato.

Analise, objetivamente, a viabilidade jurídica de cada um dos pleitos formulados pelo contratado.

5ª Questão (20 pontos)

O Estado do Rio de Janeiro instituiu, por lei, um Fundo de Recuperação dos Municípios do Norte Fluminense, tendo por objetivo incrementar a renda e fornecer a geração de empregos na Região, por meio de contratos de financiamento a empresas privadas que preencham os requisitos legalmente estabelecidos. Tais recursos são geridos por uma Agência Estadual de Fomento, que integra o Sistema Financeiro Nacional.

Pergunta-se:

- a) os contratos de financiamento às empresas privadas, com o uso de recursos públicos do Fundo, poderão prever remuneração por juros inferiores aos praticados no mercado?
- b) os recursos recebidos pelas empresas financiadas devem ser por ela utilizados com observância dos preceitos da Lei de Licitações?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão (20 pontos)

Disserte sobre princípios informadores da Teoria Geral dos Recursos no processo civil brasileiro.

2ª Questão (20 pontos)

Discorra sobre as questões prejudiciais como causa de suspensão do processo e as divergências doutrinárias a respeito da interpretação da alínea c, do inciso IV, do art. 265, do Código de Processo Civil.

3ª Questão (20 pontos)

O recurso interposto da decisão liminar perde o objeto com o advento da sentença?

4ª Questão (20 pontos)

Considerando o art. 264 do CPC, esclareça, justificando o entendimento, se o Supremo Tribunal Federal, quando julga a ação direta de inconstitucionalidade, está vinculado à causa de pedir exposta na petição inicial.

5ª Questão (20 pontos)

Proposta a ação monitória em face do Estado e por este não embargada no prazo do art. 1102-b do Código de Processo Civil, pode a questão de insuficiência de prova escrita que instruiu a inicial ser alegada na execução?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (20 pontos)

Proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso Nacional introduz na Constituição Federal uma norma prevendo a realização de revisão constitucional em relação à qual:

1. o quorum de aprovação das modificações será de maioria absoluta;
2. não incidirão as limitações materiais ao poder de reforma.

Analise a constitucionalidade de cada um desses itens. Emita sua opinião, igualmente, na hipótese de se prever que a revisão aprovada pelo Congresso Nacional seja posteriormente submetida a referendo popular.

2ª Questão (20 pontos)

Com o advento da Constituição Federal de 1988, instaurou-se controvérsia acerca da aplicabilidade do seu artigo 37, inciso II, às empresas públicas e sociedades de economia mista. Em decisão publicada no Diário de Justiça da União, de 23/04/93, o Supremo Tribunal Federal pacificou a discussão e reconheceu a necessidade de a investidura nos empregos públicos junto às empresas públicas e sociedades de economia mista depender de prévia aprovação em concurso público.

Diante desse precedente, o Tribunal de Contas da União decidiu estabelecer o dia 23/04/93 como termo inicial a partir do qual haveriam de ser tornadas nulas as admissões de pessoal, referendando, assim, as contratações realizadas nas estatais até a referida data sem prévia aprovação em concurso público.

Analise a constitucionalidade do entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União.

3ª Questão (20 pontos)

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou projeto de lei, de iniciativa parlamentar, vedando qualquer propaganda de refrigerantes e *fast-food* nas cantinas das escolas e nas vizinhanças destas no território do Estado e determinando a aplicação de multas pela Secretaria de Estado de Justiça e Defesa do Consumidor.

Consultado sobre a constitucionalidade formal e material do projeto, para fins de sanção ou veto pela Chefia do Poder Executivo, emita sua opinião, na condição de Procurador do Estado.

4ª Questão (20 pontos)

O Prefeito de um Município fluminense, inconformado com a disciplina do transporte alternativo intermunicipal que opera no seu território, impugnou, por representação de inconstitucionalidade, o decreto do Poder Executivo Estadual que dispõe sobre essa modalidade de transporte. A matéria se acha tratada em lei estadual, cujo único dispositivo relevante tem o seguinte teor:

“Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o Serviço de Transporte Alternativo no âmbito do Estado.”

- 1) Examine o cabimento da representação ajuizada pelo Prefeito;
- 2) Se a representação tivesse sido dirigida contra a referida lei, qual seria a sua opinião sobre o cabimento e o mérito da representação?

5ª Questão (20 pontos)

Cabe ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) para obter do Supremo Tribunal Federal interpretação conforme à Constituição Federal tendo por objeto lei anterior à CF/88? Responda fundamentadamente.

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (20 pontos)

Uma jovem atriz, após ser submetida a determinado tratamento médico, verifica o aparecimento de várias manchas em seu rosto.

Procurado pela atriz, seu médico alegou tratar-se de um efeito colateral raro, porém possível nesse tipo de tratamento. Inconformada, a atriz decide ajuizar uma ação indenizatória contra o profissional, a clínica e o plano de saúde.

Qual a natureza dos danos em questão? Procedo o pleito formulado pela atriz?

2ª Questão (20 pontos)

Caio, proprietário de inúmeros imóveis no Rio de Janeiro, adquiriu de Mélvio, em janeiro de 1999, uma grande gleba na zona oeste da Cidade, por instrumento público de compra e venda devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, integralizando o preço ajustado. Tendo já iniciado no local empreendimento

imobiliário de grande porte, Caio é agora procurado por Tício, que se julga proprietário do imóvel, o qual teria sido adquirido *a non domino* por Mélvio.

Considerando que Caio adquiriu o imóvel com base nas informações fornecidas pelo Cartório do Registro de Imóveis, encontra-se ele protegido na hipótese de vir a ser demonstrada a nulidade do título dominial de Mélvio? Qual a solução jurídica aplicável à espécie?

3ª Questão (20 pontos)

“A” promete adquirir da construtora “X” um imóvel, obtendo da financeira “Y” o financiamento do saldo devedor. O contrato de financiamento contém cláusula de seguro de vida, mediante a qual, em caso de falecimento do promitente adquirente, o saldo devedor porventura existente é quitado pela seguradora. Diante de tal situação, responda a cada uma das indagações abaixo:

- (i) “A” transfere a “B” os direitos de promitente comprador em relação ao imóvel sem a anuência do promitente vendedor. Posteriormente, “B” vem a falecer. Podem os herdeiros de “B” exigir a quitação do saldo devedor por parte da seguradora?
- (ii) “A” transfere a “B” os direitos de promitente comprador em relação ao imóvel sem a anuência do promitente vendedor. Posteriormente, “A” vem a falecer. Tendo a seguradora ciência da cessão de direitos de aquisição pode recusar-se a quitar o saldo devedor?

4ª Questão (20 pontos)

Os sócios minoritários de uma sociedade limitada empresária, inconformados com a decisão do sócio controlador de celebrar determinado contrato ruinoso para a sociedade, pretendem opor-se a esse ato e excluir o sócio majoritário da sociedade. Assiste-lhes razão?

5ª Questão (20 pontos)

O Presidente da República determina que, não obstante venha a ser reajustado o preço do gás natural fornecido pela Bolívia, sejam mantidos pela Petrobras os preços por ela cobrados, suportando a companhia integralmente os ônus do aumento do custo do produto.

Opine sobre a legalidade dessa determinação presidencial, enfocando a questão sob o aspecto do direito societário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (20 pontos)

Discorra sobre a aplicação às obrigações acessórias dos institutos da denúncia espontânea e da unidade da infração, na hipótese de a infração se constituir em dever instrumental de natureza continuada.

2ª Questão (20 pontos)

Lei federal, anterior a 1998, prevê contribuição patronal sobre a remuneração paga a qualquer título, inclusive por pessoas jurídicas de Direito Público, equiparadas, na referida lei, às empresas privadas. Com amparo nesta lei, o INSS exige do Estado do Rio de Janeiro a citada contribuição sobre a remuneração paga aos ocupantes de cargos em comissão, declarados por lei de livre nomeação e exoneração e sem outros vínculos funcionais com a Administração Pública Estadual.

Em 2002, o Estado é autuado pelo INSS para exigência da citada contribuição relativa ao período de 1997 a 2001. Na condição de Procurador do Estado, apresente as razões jurídicas de defesa.

3ª Questão (20 pontos)

É constitucional a cobrança do ICMS por “pauta fiscal” nos casos de substituição tributária “para frente”?

4ª Questão (20 pontos)

Qual a base de cálculo dos impostos estaduais incidentes sobre:

- (i) doação de ações do capital de sociedade anônima fechada;
- (ii) importação de mercadoria em razão de contrato internacional de arrendamento mercantil, com cláusula de opção de compra;
- (iii) fornecimento de alimentação e bebidas por bares e restaurantes;
- (iv) conserto de veículo com reposição de peças fornecidas pelo prestador de serviço; e
- (v) fornecimento de gás canalizado à população de baixa renda, em que parte da remuneração do fornecedor é proveniente de subsídio pago pela União.

5ª Questão (20 pontos)

Lei estadual, em matéria tributária, pode criar hipótese de responsabilidade solidária e objetiva de sócio cotista em sociedade limitada?

**DIREITO DO TRABALHO, PROCESSUAL DO TRABALHO
E REGIME JURÍDICO FUNCIONAL
E PREVIDENCIÁRIO DOS AGENTES PÚBLICOS**

1ª Questão (20 pontos)

No regime estatutário, tem amparo legal o desconto previdenciário incidente sobre a parcela remuneratória referente ao exercício de cargo em comissão?

2ª Questão (20 pontos)

O Comandante Geral da Polícia Militar, diante de inúmeros casos de aprovação de oficiais-médicos em concursos públicos para provimento de um segundo cargo ou emprego civil de médico, consulta a Procuradoria Geral do Estado acerca da possibilidade de acumulação de cargo ou emprego na hipótese.

Indique, justificadamente, o entendimento a ser adotado pelo Estado.

3ª Questão (20 pontos)

Secretário de Estado encaminha à Procuradoria Geral do Estado minuta de regulamento de pessoal de empresa pública estadual, prevendo, além dos cargos permanentes, cargos comissionados.

Analise e responda se é juridicamente possível a existência de cargos comissionados no sistema da CLT e, em caso positivo, qual a forma de acesso a estes cargos.

4ª Questão (20 pontos)

Sentença normativa, proferida em dissídio coletivo entre sindicatos das categorias econômica e profissional, concessiva de reajuste salarial à categoria profissional, aplica-se às empresas públicas e sociedades de economia mista da categoria econômica representada?

5ª Questão (20 pontos)

Empregados de empresa privada, concessionária de serviço público de transportes coletivos ferroviários, iniciam movimento de paralisação total de suas atividades. Passadas 48 horas de interrupção dos serviços, constatam-se os transtornos causados à população e a inviabilidade de acordo entre empregados e empregador ou entre as respectivas entidades representativas.

Diante da ausência de perspectivas de solução o Governador do Estado convoca a Procuradoria Geral do Estado a atuar no caso.

Como Procurador do Estado, quais as medidas judiciais urgentes que você entende cabíveis?